



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Meleiro

LEI N.º 1.811/2019 DE 15 DE JULHO DE 2019

**TRATA DA REGULAMENTAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS
PEDÁGIOS BENEFICENTES DENTRO DO PERÍMETRO
URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DE MELEIRO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º. Ficam instituídas regras para realização de arrecadação de valores, no perímetro urbano do Município de Meleiro, em prol de entidades sem fins lucrativos, através dos chamados "pedágios beneficentes".

Art. 2.º. Todas as entidades que pretendam realizar 'Pedágios Beneficentes' ficam obrigadas a seguir os seguintes critérios:

- a) Devem ser portadoras do título de utilidade pública municipal;
- b) Devem promover atividades filantrópicas, esportivas, culturais e educacionais, de caráter geral;
- c) Devem se estar em efetivo e contínuo funcionamento, nos 02 (dois) anos anteriores há realização do 'pedágio beneficente', com a exata observância dos seus respectivos estatutos;
- d) Possuir registro nos órgão competentes, nas esfera federal, estadual e municipal.

Art. 3.º. Todos os pedidos de reserva de datas para a realização de 'pedágios beneficentes' devem ser encaminhados a Secretaria Municipal de Ação Social, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data desejada.

§ 1.º Todos os pedidos serão analisados pela Secretaria Municipal de Ação Social, que emitirá, se for o caso, autorização para realização do 'pedágio beneficente'.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

§ 2.º Os encaminhamentos dos pedidos de data devem ser realizados, preferencialmente, com antecedência ao início de cada ano, para constar no calendário oficial de eventos do município.

§ 3.º os locais do pedágio serão definidos pela instituição solicitante, que deverá, no ato da reserva da data, informar as ruas com nomes completos, bem como o horário em que o pedágio se realizará para que a Secretaria Municipal de Ação Social repasse as devidas informações ao Departamento de Trânsito do Município, que será responsável pela vistoria e fiscalização, no dia em que o pedágio se realizar.

§ 4.º Cada entidade beneficente poderá realizar 01 (um) 'Pedágio Beneficente' por semestre, mediante controle e disponibilidade de trabalho dos agentes de fiscalização do município.

§ 5.º é vedada a realização de pedágio beneficente por duas ou mais instituições na mesma data.

Art. 4.º O 'Pedágio Beneficente' poderá ser realizado com a distribuição de folhetos ou adesivos, para que os motoristas portem em seus veículos, indicando que já contribuíram com a campanha.

§ 1.º A realização do pedágio será de responsabilidade da entidade promotora e deverá ser amplamente divulgada pela imprensa local.

§ 2.º É obrigatória a apresentação de folders e cartazes no local, sob pena de cancelamento da autorização.

§ 3.º As informações sobre a realização do pedágio deverão constar, pelo menos nos dois dias anteriores a realização, na página do Município de Meleiro na internet, indicando a instituição beneficiada, a data da realização do pedágio e os locais em que será realizado.

Art. 5.º A fiscalização do pedágio é de total responsabilidade do Departamento Municipal de Trânsito do Município, com o apoio da polícia militar, caso necessário, sendo obrigação da instituição beneficiada possuir nos locais em que o pedágio está sendo realizado, uma cópia da autorização.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Ação Social deverá fornecer a autorização para realização do pedágio, com 02 (dois) dias de antecedência.

Art. 6.º As entidades beneficiadas deverão prestar contas ao Poder Executivo e à Câmara de Vereadores, por intermédio da Secretaria Municipal de Ação Social, acerca dos valores arrecadados, apresentando relatórios com informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos arrecadados.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

Parágrafo Único. A prestação de contas é de total responsabilidade da instituição e deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias após a realização do pedágio.

Art. 7.º A realização irregular de 'pedágio beneficente' ou qualquer outra forma de arrecadação de valores de qualquer natureza nas vias públicas do Município de Meleiro, em prol de entidades sem fins lucrativos, sem a observância dos requisitos previstos nesta Lei, acarretará, as seguintes sanções administrativas à entidade infratora:

- a) Proibição de realizar pedágios beneficentes ou arrecadações de valores de qualquer natureza nas vias públicas do Município de Meleiro, pelo prazo de 01 (um) ano;
- b) Multa administrativa no valor de 10 (dez) UFM's;
- c) Suspensão de convênios porventura realizados com o Município de Meleiro, pelo prazo de 01 (um) ano, sem prejuízo das sanções previstas no próprio instrumento;
- d) Suspensão, pelo prazo de 01 (um) ano, dos benefícios e incentivos financeiros eventualmente concedidos pelo Município de Meleiro.

§ 1.º A aplicação das sanções previstas administrativas previstas no *caput* deste artigo serão precedidas de processo administrativo realização pela Secretaria Municipal de Ação Social, garantindo o contraditório e a ampla defesa à entidade infratora.

§ 2.º Independentemente do processo administrativo previsto no parágrafo anterior, ficam autorizados aos agentes do Departamento de Trânsito do Município, a procederem a imediata retirada de pessoas, objetos e estruturas existentes na via pública, derivadas e vinculadas à irregular realização do pedágio descrito no *caput* deste artigo.

§ 3.º Sem prejuízo das sanções previstas no *caput* deste artigo, as entidades infradoras, bem como os demais envolvidos na irregularidade, estarão sujeitas à multa prevista no § 3.º do artigo 95 do Código de Trânsito Brasileiro, a ser processada e aplicada pelo órgão responsável.

§ 4.º Os pedestres que estiverem realizando pedágio beneficente, ou qualquer outra forma de arrecadação de valores de qualquer natureza nas vias públicas do Município de Meleiro, em prol de entidades sem fins lucrativos, sem



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Meleiro

observância dos requisitos previstos nesta Lei, deverão observar as regras estabelecidas no artigo 254 do Código de Trânsito Brasileiro, sob pena de multa.

Art. 8º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 15 de julho de 2019.

EDER MATTOS
PREFEITO MUNICIPAL